

Brasil

Diplomacia Em discurso para um grupo de empresários, presidente critica "injustiça" da OMC

FHC defende "cooperação em vez de hegemonia"

Arnaldo Galvão
De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, durante almoço oferecido por empresários, que a cooperação deve substituir a hegemonia nas relações entre as nações. Essa é a idéia básica da reunião dos doze chefes de Estado da América do Sul. Criticando a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) que condenou parte do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), utilizado pela Embraer, Fernando Henrique disse que ela foi "injusta". "Um país em desenvolvimento terá de pagar compensações ao desenvolvido Canadá. Mas é a regra do jogo e não há porque falar em deixar a OMC."

Discursando à noite no Palácio do Itamaraty, durante a cerimônia de abertura da reunião dos doze presidentes sul-americanos, Fernando Henrique deu outro exemplo do que não deve ser a globalização. "Desejamos participar ativamente dos núcleos mundiais de decisão nos quais se reorganiza a arquitetura financeira internacional. Não queremos apenas ser informados das decisões do G-7 ou G-8." Esses grupos que reúnem os

países mais ricos do mundo devem, segundo essa visão, fazer com que a globalização tenha um horizonte de inclusão. Para o presidente, esses são os imperativos da América do Sul.

O encontro que, pela primeira vez, reuniu todos os presidentes sul-americanos por iniciativa do Brasil, não é motivo de incômodo ou qualquer sentimento de exclusão para o México. Fernando Henrique afirmou que um representante desse país foi convidado e está acompanhando as discussões. Mas, os temas da integração — infra-estrutura, democracia, comércio, tecnologia e combate ao narcotráfico — são típicos de países vizinhos. "Lamento que o Brasil não seja vizinho do México, mas essa é uma reunião de integração física", disse ironizando os que enxergaram no encontro de Brasília um sinal de liderança que não caberia à emergente força econômica do México sobre as nações latino-americanas.

Fernando Henrique discursou ontem durante almoço oferecido pelo Conselho de Empresários da América Latina (Ceal) e deixou claro que cabe à iniciativa privada papel importantíssimo nos investimentos que devem tirar o

país do seu "atraso relativo". Para o presidente, o Estado já está assumindo seu papel de regulador, com as agências independentes que fiscalizam serviços essenciais recentemente privatizados.

Os investimentos diretos estrangeiros, segundo Fernando Henrique, deram um grande salto a partir da estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real. "A Europa latina redescobriu a América", afirmou, referindo-se às aquisições de empresas brasileiras por grupos espanhóis e portugueses, principalmente. Esse fluxo de investimento direto estrangeiro pode manter-se em níveis altos, mas é preciso oferecer um ambiente macroeconômico estável. A integração da infra-estrutura dos países da América do Sul tem importância fundamental na manutenção do crescimento econômico da região.

"Mas não basta crescimento para haver justiça social. Estamos atentos às reivindicações das centrais sindicais quanto às condições de trabalho e à necessidade de políticas sociais focalizadas de combate à pobreza", reconheceu o presidente.

A estratégia de negociar a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em bases mais favoráveis que as pretendi-



ROBERTO JAYME/VALOR



FHC: "Não queremos apenas ser informados das decisões do G-7 ou G-8"

das pelos Estados Unidos, depende atrair o Chile para a ampliação do Mercosul e garantir um acordo de livre-comércio entre o bloco e os cinco países que integram a Comunidade Andina de Nações (CAN). "Queremos avançar na conformação de um espaço econômico ampliado na América do Sul. É prioritário promover a implementação de uma

área de livre-comércio entre Mercosul e Comunidade Andina no mais tardar até janeiro de 2002. Chamemos a nós a responsabilidade política de fazer progredir essas negociações", disse Fernando Henrique aos demais presidentes.

Ler mais sobre o encontro dos presidentes na página A5

Curtas

Isenção de IR

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que trabalhador celetista e servidor público têm isenção de Imposto de Renda ao receber indenização trabalhista. A decisão vale para férias, licenças-prêmio e abonos-assiduidade. O direito a esses benefícios são convertidos em dinheiro no momento da aposentadoria.

Os servidores públicos já vinham obtendo esses direitos, estendidos agora pela 2ª Turma do STJ aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para os ministros da 2ª Turma, a transformação desses direitos de férias, licenças-prêmio e abonos em verbas "constituem indenização trabalhista e são, portanto, isentos", afirmou a ministra Eliana Calmon, relatora de um dos inúmeros recursos de contribuintes contra a Fazenda.

IPEA no Sul

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento iniciou um estudo sobre as ações sociais desenvolvidas pelo setor privado dos três Estados do Sul. O levantamento será feito sobre uma amostra de 1.832 empresas, que representa um universo de 180 mil estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços com pelo menos um empregado.

A pesquisa no Sul faz parte de um trabalho iniciado em 1999 pelo Sudeste, cujos resultados foram apresentados em março, e pelo Nordeste, onde o levantamento começou em maio. Os dados finais consolidados das três regiões serão apresentados até maio de 2001, informou ontem a coordenadora geral de pesquisa do IPEA, Anna Maria Peliano.